

A CONSTRUÇÃO DA SUPERINTENDÊNCIA-GERAL DE AÇÕES AFIRMATIVAS, DIVERSIDADE E ACESSIBILIDADE (SGAADA): UMA ENTREVISTA COM DENISE GÓES

Rogério da Silva Cruz¹

Gustavo Cravo de Azevedo²

Fotografia: Denise Góes



Fonte: Imagem Própria

Mesmo com os dados do último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), com os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) Contínua, que afirmam categoricamente que ao menos metade da população brasileira é composta de pretos e pardos e numa maioria de mulheres na população do país, o racismo e o sexismo, bem como seus métodos e suas práticas diárias, constituem a realidade do Brasil. E justamente, uma mulher preta, assistente social, servidora-técnica administrativa, mestranda do Programa de Pós-Graduação de Políticas Públicas em Direitos Humanos, do NEPP-DH (Núcleo de Estudos de Políticas Públicas em Direitos Humanos Suely Souza de Almeida) da UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro), é a ponta-de-lança, atualmente, da política institucional das ações afirmativas na UFRJ.

¹ Assistente em Administração na UFRJ. Especialista em Administração da Universidade Pública Federal pela UFRJ.

² Técnico em Assuntos Educacionais na UFRJ. Doutor em Ciências Sociais pela PUC-Rio.

Nesta entrevista, a atual Superintendente Geral da SGAADA nos dá um panorama de que, além da criação desse *locus*, a efetivação no ambiente universitário das ações afirmativas como política pública é parte de um processo de reparação histórica que dá novas possibilidades a uma parcela importante da população por muito tempo alijada deste lugar público, que serve à sociedade oferecendo ensino, promovendo pesquisa e dando respostas constantemente às necessidades da população brasileira.

Esta entrevista nos convida a pensar temas muito caros à administração de uma universidade pública federal, que completou um século em 2020, e precisa estar sintonizada com a sociedade contemporânea. Política pública, reparação histórica, racismo, diversidade, e a busca pela equidade para enfim falarmos de igualdade como preconiza a Constituição Cidadã de 1988 são questões presentes na fala de Denise Goes.

O primeiro dos conceitos a ser visitado antes de mergulharmos na fala da ativista do Movimento Negro Unificado (MNU), deve ser o de política pública, que está dentro de um espectro relativamente grande. Mas a simplicidade de Celina Souza ao tratar do tema irá nos ajudar ao dizer que “Em outras palavras, o processo de formulação de política pública é aquele através do qual os governos traduzem seus propósitos em programas e ações, que produzirão resultados ou mudanças desejadas no mundo real.”

E temos a complementação do raciocínio com o que diz João Martins Tude, ao afirmar que, “entretanto, com a evolução desta ciência, as políticas públicas começaram a ser concebidas como unidade de análise, sendo estudado o seu processo como um todo (*inputs + outputs*). Dessa forma, os estudos nessa temática passaram a se ocupar em entender desde a origem até a formação final das políticas públicas, abordando todos os seus atores envolvidos para o seu desenvolvimento.”

Ou seja, quando enxergamos a fala da nossa entrevistada, enxergamos como a política pública nasce de uma necessidade real advinda das bases que reivindicam a necessidade de oportunidades que igualem as condições sobre a formação. Neste sentido, a vontade da população negra de participar do ciclo formativo como as outras parcelas da sociedade, a pressão dos movimentos negros e dos movimentos antirracistas culmina com a adoção legal de reserva de vagas para a população negra no ensino superior, refletido na Lei Federal 12.711/2012, que regula a oportunidade da entrada dessas pessoas nas Instituições Federais de Ensino Superior. Colocada a obrigação legal, entra a necessidade de assegurar que as cotas sejam realmente destinadas a seus sujeitos de direito, uma vez que de início muitas distorções aconteceram (e ainda acontecem) na entrada nas universidades federais. Em 2017, a UFRJ inicia a trajetória com as Comissões de Aferição das Cotas, inicialmente para os concursos públicos para cargos efetivos.

Em 2019, o modelo que já havia se aperfeiçoado por conta de normativas advindas do Ministério do Planejamento de então, transformando a denominação das anteriores aferições para heteroidentificações e o grupo que trabalhava para avaliar os candidatos aos concursos públicos já havia ganhado notoriedade, legitimidade e foi convocado para uma nova tarefa. Diversos coletivos negros de estudantes na UFRJ denunciaram aos canais formais e causaram burburinho com supostas fraudes nos acessos à graduação. Começou então a jornada de trabalho para averiguar essas denúncias e, por consequência, a UFRJ não teve outra escolha a não ser instituir a heteroidentificação no acesso para a graduação. E a UFRJ vem se aperfeiçoando *pari passu* com a legislação, com alterações, normas internas e outras reivindicações que dão conta não somente da entrada, mas também da manutenção dessa parcela da população nas carteiras universitárias e a plena participação na vida diária em nossos *campus*.

Outro ponto a definir é a própria noção de racismo. No meio acadêmico há muitos conceitos, mas todos orbitando e bebendo de fontes como a Sociologia e Antropologia, quando assertivamente falam que é uma questão cultural e não episódica. O professor universitário e atual ministro dos Direitos Humanos, Silvio Almeida, afirma que “o racismo é uma decorrência da própria estrutura social, ou seja, do modo ‘normal’ com que se constituem as relações políticas, econômicas, jurídicas e até familiares, não sendo uma patologia social e nem um desarranjo institucional. O racismo é estrutural.”

A própria ideia de racismo como parte da estrutura da sociedade exige um posicionamento mais combativo, uma vez que se mostra primordial a mudança de uma cultura em que os negros não são parte de uma estrutura de supostos privilégios, que na verdade não passa de acesso a direitos de forma equitativa.

E nesta esteira, lembrando toda a obra de Michel Foucault, que tratou de poder, de biopolítica, e que andou na mesma linha de raciocínio de outros autores caros ao movimento negro, como Frantz Fanon e Achile Mbembe, entra a questão de acesso às narrativas e aos discursos que pavimentam o acesso desses corpos negros a outros patamares e aos lugares onde as práticas de poder estão instituídas, tal qual é a universidade.

E, por último, mas não menos importante, a entrevista traz consigo um conceito de pluralidade. A Câmara de Políticas Raciais, os coletivos negros dos estudantes, o coletivo de docentes negros, o Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABI) mostram a premência, ainda, de um aquilombar-se necessário até os dias de hoje para fazer valer políticas públicas, para administrar essas questões no ambiente universitário e para constantemente avaliar seus impactos e traçar ajustes e novas metas.

Rogério e Gustavo: Conte-nos, por favor, um pouco sobre sua trajetória, para que iniciemos o nosso papo.

Denise: Minha trajetória enquanto militante do movimento negro, começa em 1982. Eu não era moradora da Baixada Fluminense, mas trabalhava lá e tive contato com um grupo de pessoas negras que faziam o trabalho de conscientização, de trazer a questão de Zumbi. Isso em 1982. E, nesse período, eu tentava, assim como toda mulher negra, ainda ficar meio invisível. Estava passando por um processo de aceitação. Não que eu não aceitasse a minha cor, mas era um problema de aceitação. Eu me travestia em outra pessoa, fazendo outra performance, mas com características inerentes à raça. Mas, em um processo de branqueamento, com alisamento etc. Quando eu conheci essas pessoas lá em Queimados, encontrei gente que tinha a prática de ir para a feira de Queimados para fazer panfletagem, para falar sobre consciência negra. E foi com esse grupo (Grupo Afro Cultural 20 de Novembro) que eu comecei a me inteirar, inclusive a mudar valores culturais que foram absorvidos por uma cultura eurocentrada, que não tem nada a ver com a minha africanidade. Enquanto eles falavam de Milton Nascimento, eu falava de Fábio Junior. Era um negócio meio estranho. E foi esse o primeiro contato com eles. Segui com esse grupo um tempo. Depois me filei ao Movimento Negro Unificado (MNU), entidade que sou filiada até hoje. E as coisas foram acontecendo na minha vida, principalmente quando eu entro para a direção do Sindicato dos Trabalhadores em Educação da UFRJ (SINTUFRJ). A questão da pauta racial se intensifica na minha vida, na medida em que entro para o sindicato. E consigo através dele mobilizar a categoria. Toda a política recebida e discutida pelo MNU, eu consigo trazer para cá, trocar ideias e fazer com que ela prolifere. Então eu comecei na Coordenação de Políticas Sociais do SINTUFRJ e isso me proporcionou militar por dentro da Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnicos Administrativos em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil (FASUBRA) que tinha um projeto interessante chamado Grupo de Trabalho (GT) Antirracismo Itinerante. Houve a proposta de criar GTs locais sobre o tema. Durou pouco tempo, mas foi interessante. Depois eu fui coordenadora geral do SINTUFRJ, e eu tive mais autonomia política para determinar a pauta. E vale a pena mencionar que hoje temos no próprio SINTUFRJ um GT Antirracista que movimenta essa pauta. E temos que dizer que essa pauta só anda com pessoas pretas. A esquerda nunca deu a devida atenção às questões de raça dentro da discussão política. Era classe, classe, classe. Outra coisa a pontuar é que quando íamos à feira de Queimados, bebíamos da fonte ao vivo de Lélia Gonzalez (historiadora e antropóloga). Ela era do MNU e amiga do meu ex-marido Haroldo. Ela ia a Queimados fazer o trabalho de conscientização. Essa coisa passo a passo. Comia chouriço na feira. E as pessoas não conheciam aquela intelectual de ponta, maravilhosa, dedicada, e que deixou um legado muito importante, pelo menos para mim: leve o

movimento aonde for, não se furte de ser uma mulher em movimento, onde você estiver. Isso me pegou lá em 1982 e aí, paulatinamente, a gente vem conquistando esse espaço, até a Câmara de Políticas Raciais, que foi a grande revolução transformadora da pauta racial nesta universidade. A universidade nunca mais será a mesma. Já a SGAADA começou agora. Todo este trabalho, toda essa pavimentação que a gente tem de inserção institucional deve-se à Câmara de Políticas Raciais. Em 2017, formamos o primeiro grupo de heteroidentificação³. Isso foi muito importante porque o Agnaldo Fernandes (técnico administrativo que já ocupou cargos na alta administração entre eles o de chefe de Gabinete da Reitoria e de Pró-Reitor de Pessoal), foi pontual quando pinçou as pessoas do movimento negro que eram eu, Luciene Lacerda (coordenadora da Campanha 21 Dias de Ativismo Contra o Racismo, psicóloga aposentada da UFRJ, também institui a campanha Não se Cale em 2016, e coordenou a Comissão de Direitos Humanos e Combate às Violências na UFRJ até 2021), Sebastião Antônio de Oliveira, o “Zizo” (sociólogo e ativista histórico do Movimento Negro) para poder dar o pontapé inicial. Não havia pessoas mais qualificadas do que nós para fazer o trabalho. Quem faria? Os brancos? Não fariam. Nós três tivemos que pensar em que pessoas absorveriam essa discussão, porque não era proliferada, nós não conhecíamos o potencial de cada um. Escolhemos inicialmente pela raça e pelas pessoas que tivessem uma visão de mundo mais justo, mais próximo do combate ao racismo. Um perfil mais próximo de uma sociedade com mais equidade. Incluímos ao fim brancos e negros nessa primeira turma de heteroidentificação, sem deixar de lado a diversidade de gênero e de origem. Depois da Câmara, veio o coletivo de docentes negros. Em resumo, depois da Câmara aconteceu tudo. A Câmara de Políticas Raciais cumpriu um papel forte e educador na universidade.

Rogério e Gustavo: Você pode nos contar um pouco sobre esses primeiros momentos da SGAADA?

Denise: Estar por dentro de uma estrutura institucional não nos assusta. Claro que a responsabilidade é maior. Geralmente, os que ocupam esse espaço de poder são professores, naturalmente. Mas o estofo intelectual, com a questão da Câmara, essa luta organizada advinda da Câmara, ser uma técnica-administrativa, vinda de lutas anteriores, proporcionou a ocupação desse lugar. Hoje a gente tem uma superintendência liderada por duas mulheres negras e em um espaço de representação ínfimo da população negra. Tem a ver também com a questão de ser uma mulher técnica-administrativa, em um

³ Nota dos entrevistadores: inicialmente as Comissões eram chamadas Comissões de Aferição de Cotas para negros. Com a mudança normativa em 2018, com a publicação da Portaria Normativa SGP n.º 4, de 2018, passaram a se chamar Comissões de Heteroidentificação. Fonte: Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania, acessado em 21/06/2024, no link: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2018/abril/cotas-raciais-procedimento-de-heteroidentificacao-em-concurso-publico-e-regulamentado>

lugar em que só se pensa na docência. Ter uma técnica à frente de uma estrutura política importante, demarca também um papel de pertencimento desse técnico na elaboração, na fomentação de políticas dentro dessa universidade. Para além da questão racial, uma técnica que tem o seu resgate demarcado pelo sindicato durante anos. A Superintendente é a Denise Goes, técnica, não docente, forjada na luta. Não vim de cima para baixo. Vim de baixo para cima, nessa construção conjunta, coletiva, que eu acredito. Sou uma mulher organizada. Sempre fui. E acho que essa organização é que pauta minha vida, minhas decisões. E por isso a SGAADA tem esse destaque, é respeitada. Muitos acham que hoje é feio ser racista. Mas o Brasil é um país racista. Sabemos disso. E tem que saber lidar com essas nuances para não permitir que isso atrapalhe o nosso caminhar. A responsabilidade da SGAADA é atroz. Ela vai fazer um ano agora dia 23 de junho de 2024. Mas é uma Superintendência bem barulhenta e que consegue trazer para o centro a pauta racial, sempre fazendo referência ao movimento negro. O movimento negro brasileiro que é a cereja do bolo. O movimento negro trouxe para o centro do debate a questão das políticas públicas. Porque já passamos de um momento de somente bradar e reivindicar sem muita efetividade. A partir de 1995 com a primeira marcha a Brasília, o movimento entendeu que precisava de uma ofensividade, desdobrando na Conferência de Durban, que teve seus delegados indicados a partir dessa pressão da primeira marcha. E aí o Brasil entra mesmo na questão das políticas públicas raciais de maneira mais efetiva. Trazer o movimento para dentro da universidade foi de extrema importância. E eu sou uma mulher organizada pelo movimento negro e não por um partido político. A organização negra se dá a partir de um movimento que tem 46 anos, o MNU, o qual me identifico. Ele fez um congresso no fim de semana⁴ para mudar seu estatuto e inserir política para inserção mais qualitativa, mais próxima da realidade, já que o estatuto já estava defasado e precisa se atualizar para essa realidade que vivemos hoje.

Rogério e Gustavo: Poderia nos falar um pouco sobre as Comissões de Heteroidentificação da UFRJ?

Denise: As comissões de heteroidentificação são as nossas ‘meninas dos olhos’. E foi um projeto audacioso, que começou em 2017/2018. Pensada por Agnaldo, eu, Luciene, Zizo, Frederico Nascimento (advogado, técnico-administrativo na UFRJ, militante do movimento negro). Fomos catando os pretos. Engraçado que foi assim, catar os pretos que você conhecia e de alguma forma iam dar um *feedback* sobre a questão. Porque nós passamos por um processo de tanta invisibilidade que a gente se via, mas não se enxergava. Era cada um no seu quadrado. Nas pequenas incursões que eu

⁴ Dias 25 e 26 de maio de 2024.

pude fazer nas semanas de consciência negra que eu participei na gestão do sindicato, eu pude perceber o quanto essa pauta era importante e não tinha gente para tocar. Um ou outro se dedicava à questão. Então quando a gente se encontra para fazer essa heteroidentificação de mais de três mil candidatos, um concurso enorme (Edital n.º 455 de 2017), um dos últimos de peso na Pró-Reitoria de Pessoal da UFRJ (PR4), e que a Portaria n.º 4 de 2018 exigia uma oficina, um curso, um alicerce para que essas pessoas trabalhassem, aí é que fomos perceber, e isso foi se aprimorando ao longo do tempo, o quanto essa formação foi uma prática educadora. As pessoas não eram as mesmas, saíam diferentes. Os próprios negros recebendo informações que eles talvez deixassem para segundo plano, quando se tratava da questão racial. Hoje não mais. As pessoas colocam essa pauta em primeiro plano. Tanto que hoje a gente ainda convive com negros retintos, pretos retintos que se dizem pardos na hora da heteroidentificação. Então, o processo de alienação foi muito forte. Esse processo de apagamento histórico foi muito forte. O mito da democracia racial nos fez acreditar que todos nós éramos iguais. Ter hoje essas pessoas nas comissões de heteroidentificação foi um divisor de águas na vida delas. Dos negros que tomaram para si a bandeira da negritude, da sua ancestralidade, que tem a ver com sua religiosidade, com as matrizes africanas. E para os brancos entenderem que chega de privilégio. Que há um grupo que hoje chegou ao seu lugar apesar de historicamente excluído. Essas comissões têm seu efeito prático, tem um caráter educador. Porque você absorve os conceitos e, na prática, consegue fazer essa leitura, essa observação do que significa colocar para dentro, fazer valer uma política pública para pretos e pardos, em uma sociedade em que somos maioria, mas que para funcionamento do seu capital não nos permite ter espaços de poder. Mas, mesmo assim, aqui na universidade angariamos um respeito absoluto por conta das comissões de heteroidentificação. E isso fez com que a Associação de Pós-Graduandos (APG) tivesse fôlego para brigar pelas cotas na Pós-Graduação. Hoje incidimos fortemente e conseguimos cotas no Conselho de Extensão Universitária (CEU). A universidade hoje caminha para a construção de um movimento que hoje caracterizo como um movimento antirracista forte. A SGAADA concentra esse movimento, é o polo de centralização por estar dentro da administração central. Posições políticas a parte, estar hoje na administração central é fazer essa universidade pensar nessa pauta com mais concretude. Tanto que a gente não se furta de levar o reitor a todos os processos de heteroidentificação. Levamos na primeira chamada, na segunda chamada, porque ele tem que dizer que eu estou certa e a universidade hoje está diferente. O professor Roberto Medronho precisa ser o próprio reflexo da política racial de sua gestão. E ele tem refletido, ele tem dado espaço e autonomia. Mesmo assim, é preciso dizer que as comissões sofrem ataques. Estamos querendo puxar um grande debate em nível nacional com as universidades sobre as comissões, principalmente no que diz respeito aos critérios, falar de comissões virtuais. Essas questões precisam ser vistas e intensificar a reflexão sobre seu papel. Por exemplo, essa questão de

aceitar foto. As comissões deram o tom, direcionaram as vagas para aqueles que são seus sujeitos de direito. Então, para nós já termos colocado mais de dez mil pessoas pretas e pardas para dentro é motivo de muito orgulho. A comissão falha? Falha porque somos humanos. Algumas coisas fogem aos nossos olhares. E esse erro, que foge ao olhar, se comparado com o volume de candidatos à graduação, pós-graduação e concursos, é muito pequena. Qualquer um pode perceber que esta universidade está enegrecida. Esta universidade não é a mesma que eu entrei em 1989. Temos hoje um perfil étnico de 35% de pretos e pardos entre os estudantes. Ainda não estamos nos cursos de alto prestígio? Talvez não. Mas caminha-se para estar. Porque existe uma política pública que permite sim, mas não como carimbo de vaga, de gado. Mas como uma entrada qualificada, porque estatisticamente o cotista, com o mesmo tempo de estudo, terá um desenvolvimento intelectual similar. E não só aqui. Há outras universidades de referência investigando e produzindo esses mesmos dados: a UERJ, a UNICAMP. O que faltava e se preconiza é a igualdade de oportunidade. Igualou, a gente foi. Estamos indo.

Rogério e Gustavo: A SGAADA recebeu recentemente dentro de sua estrutura a inclusão de PCDs. Também há espaço para pessoas LGBTQIAPN+ e outras inclusões. Qual o desafio de políticas assim?

Denise: A DIRAC (Diretoria de Acessibilidade) já tinha um trabalho estabelecido. Um trabalho que é de formiguinha. Para efetivação das políticas da DIRAC é preciso um orçamento robusto, porque existem situações em que é preciso investir financeiramente para podermos responder às políticas necessárias aos PCDs, como facilitadores, intérpretes de libras, um chão adequado e outras questões. Precisamos de maquinários importantes que ajudem no desenvolvimento de alunos PCDs. A DIRAC já tem um trabalho estabelecido. E deixou de ser uma diretoria isolada. É uma diretoria dentro de uma estrutura que se imbrica, porque os PCDs hoje têm cor. Uma pessoa PCD negra sofre na UFRJ duplamente porque é negro e PCD. É muito fácil mascarar a negritude através dessa pessoa com deficiência. E ainda tem a questão de gênero. A SGAADA trabalha hoje gênero, ação afirmativa e acessibilidade. Vamos fazer um grande censo da diversidade. Só estamos esperando a greve acabar⁵. Esse projeto piloto vai acontecer primeiro no Instituto de Biofísica Carlos Chagas Filho da UFRJ (IBCCF) e já está assinado pelo reitor. Precisamos de dados e precisamos saber onde está essa população. Participamos da audiência pública da deputada estadual Dani Balbi (PCdoB/RJ). Nós estamos na campanha *Cotas para Trans Já*. Algumas universidades já estão se organizando nessa

⁵ Houve uma greve das universidades federais em 2024. Na UFRJ, a categoria dos técnicos administrativos aderiu.

campanha e a SGAADA também está se mobilizando. Então esse Censo vai nos permitir ter um raio-x. Eu sei que existem grupos, mas não sabemos como estão. Acredito que esse Censo vai poder suprir esse *gap* por meio da sua Diretoria de Gênero e Pertencimento. A SGAADA caiu no gosto popular. E ela tem muitos colaboradores de peso. Como por exemplo a professora Fátima Lima (professora associada do Centro Multidisciplinar da UFRJ em Macaé e participa das discussões sobre raça, gênero e sexualidade fora da universidade), uma grande intelectual, e colaboradora da Diretoria de Gênero e Pertencimento. Por óbvio, vamos estar coadunados com a Casa das Pretas e todos os outros movimentos fora da universidade. Porque é isso que eu preconizo para a SGAADA, uma interseção, uma interseccionalidade mais que no papel, na prática de estar inserida nos movimentos sociais de verdade. Inclusive a Fátima vai lançar seu livro na Casa das Pretas⁶ e lá estaremos nós com voz e dizendo quanto é importante ter uma intelectual da UFRJ assumidamente lésbica e que tem muito a contribuir para essa discussão de gênero na universidade. Fátima é uma potência e está aqui se doando. Esse movimento faz com que as pessoas se doem. Isso tem a ver com o pensamento intrínseco que a gente conseguiu formar durante esses anos de 2017 para cá. Temos outra professora que colabora com a gente, a Maria da Soledade, da EEAN (Escola de Enfermagem Anna Nery/UFRJ), que participa da edição dos editais, uma colaboradora de peso que também participa da direção do NEABI da UFRJ. E temos ainda a professora Ângela Brêtas, da EEFD (Escola de Educação Física e Desportos), que trouxe o Ciclo de Cinema Negro para as escolas estaduais. E tantos outros colaboradores, também técnicos-administrativos, que levaria muito tempo para citar, mas que estão sendo fundamentais nessa estrada que estamos pavimentando. Essas pessoas estavam escondidas na caverna. E o sol brilhou. As pessoas saíram e a gente não vai perder esse sol de jeito nenhum.

Rogério e Gustavo: Como o subfinanciamento tem afetado a SGAADA?

Denise: A questão orçamentária é importante, porque fazer interlocução política precisa de grana. Nós viajamos em 2023 à Brasília para fazer interlocução com o Ministério da Igualdade Racial e com isso conseguimos que a Ministra Aniele Franco viesse para fortalecer a campanha antirracista da UFRJ “Nem um passo atrás. A universidade está mudando”, no dia do lançamento, como pontapé inicial para as comemorações do Novembro Negro na UFRJ. Mas há certas ações que são importantes e precisamos de dinheiro. A gente quer fazer uma formação. Sem formação não conseguimos fazer com que as pessoas entendam sobre o que a estamos falando. Para isso precisamos trazer algumas intelectuais negras para essa universidade e cadê a grana para trazer essas pessoas? Não estamos na

⁶ Organização Feminista Negra, cujo sítio eletrônico é <https://casadaspretasrj.org/>

época de fazer favor. Então esse subfinanciamento, essa falta de grana impacta. Temos uma campanha para tocar “Nenhum passo atrás, a universidade está mudando”. Nós não temos nem dinheiro para fazer cartaz, *cards*. Estamos pedindo dinheiro ao Parque Tecnológico da UFRJ, olhando editais. Nós vamos fazer esses cartazes. Só estou esperando a greve acabar para ter um novo impacto das possibilidades. E demarcar que tem gente pensando a questão racial e fazer um trabalho de base para dizer que precisamos de mais gente. As pessoas precisam enxergar esse trabalho. A SGAADA tem um *Instagram* que faz um barulho legal. Criamos para fazer uma interlocução, um engajamento e estamos conseguindo. Esse subfinanciamento atrapalha, porque precisamos fazer encontros com outras universidades. Fomos convidadas a participar de um simpósio das comissões de heteroidentificação que vai acontecer em Natal, em setembro deste ano. Para discutir a formação de um observatório das comissões de heteroidentificação. Mas da mesma forma que estamos indo convidadas, também queremos convidar. Essa crise orçamentária atrapalha e muito.

Rogério e Gustavo: Como você avalia o momento atual da política de cotas?

Denise: Recentemente, parece que só está faltando passar novamente pela Câmara para votação e a sanção do Presidente Lula. para alterar a Lei 12.990 que é de julho de 2014. O projeto inclui os quilombolas e passa de vinte para trinta por cento, o que é um salto de qualidade importante. Que esse percentual aumente e que permita que, quiçá, durante algum tempo a gente pense numa forma também de mudar o percentual para o acesso à graduação. Eu acredito que esse acesso de trinta por cento vai incidir positivamente na universidade. Nós temos um concurso aberto de docentes onde a Cecília Izidoro (professora associada da Escola de Enfermagem Anna Nery, Superintendente Adjunta da SGAADA e atuante nas pautas raciais na UFRJ) representa a SGAADA e preside a Comissão de Acompanhamento de Ações Afirmativas nos Concursos Docentes. E é importante acompanhar a distribuição dessas vagas, porque a gente sabe que as vagas para docentes eram fruto de um corte intencional de não aplicação de cotas nas universidades. As vagas eram todas fragmentadas para que não pudesse ter o número mínimo aplicável à lei de cotas. Se não tiver pelo menos três vagas, você não consegue ofertar a reserva de vaga. E isso foi um capítulo à parte dentro dessa universidade que é racista, elitista, embranquecida, mas que fingia ser outra coisa. Era aquele tapinha nas costas, todo mundo é amigo dos pretos. Mas eu não quero os pretos por perto. Hoje, quando você tem uma Comissão de Acompanhamento das vagas, você institucionaliza essa observação, essa vigilância ostensiva de perto, para que essas vagas cheguem nesses departamentos onde esses docentes pretos não existem. Inclusive eu não sei se vocês estavam lá no lançamento, na posse do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABI). O NEABI tem hoje uma responsabilidade atroz de inserir as

disciplinas e ementas que tenham esse cunho, que abandone o pensamento eurocentrado e traga esse tema para a universidade não de forma eletiva, mas obrigatória. Porque se você está construindo uma universidade sob o ponto de vista antirracista, esse aluno precisa conhecer esse conteúdo. Você precisa formar esses alunos, eles precisam entender que universidade é essa. Não é mais aquela senhorinha de centro e três anos. Ela se aposentou e deu vez a uma gata jovem que vem com outra proposta. E que é preciso que esses conteúdos sejam como os conteúdos do ensino médio e fundamental. Explicando melhor, de acordo com a Lei Federal 10.639/2003, os conteúdos relativos à história e cultura afro-brasileira são obrigatórios, porém não emplaca. Mas existe compromisso de determinados profissionais de educação. E é importante que a gente garanta essa ação do NEABI no sentido dessa transformação da grade curricular dentro dessa universidade. A Superintendência é um órgão que pode ajudar muito neste sentido nessa construção de ementas, porque não é fácil. Afinal é um processo de sufocamento de séculos. É tanta demanda represada que às vezes a gente não sabe nem para onde a gente vai. Mas a gente tem essa centralidade de que fazer a construção desta Superintendência é apontar para a construção de uma nova Pró-Reitoria. A universidade não pode e não deve viver à base de coordenações, divisões e superintendências. Ela tem potência, pessoas, políticas, para ter uma Pró-Reitoria de ações afirmativas como muitas universidades. Na minha dissertação, estou pesquisando esse tema e várias universidades têm. A Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), o antro da branquitude, tem Pró-Reitoria. Por que o antro da pretitude aqui no Rio não vai ter? É uma situação que a gente precisa pensar. Até hoje não houve organização suficiente. Mas estamos organizados. Você, Rogério, está à frente da Câmara. A Noemi Andrade (técnica-administrativa, pertencente ao movimento negro na UFRJ, coordena a Câmara de Políticas Raciais e é parte da diretoria da CUT - Central Única dos Trabalhadores) também. A Câmara tem uma Minerva preta. Essa Minerva constitui outra lente de pensamento nessa universidade. Não é somente uma imagem. Foi tudo o que conseguimos colocar de nossas apreensões, de nossas tensões, dentro dessa Minerva. Onde a gente bota aquele símbolo a gente sabe que tem luta, que tem gente querendo transformar essa universidade. É por esse caminho que a gente vai construir. O trabalho da SGAADA nesses quatro anos é se constituir como uma estrutura fundamental para esse *gap*, para essa Pró-Reitoria de Ações Afirmativas. E essa construção vai trazer os jovens. Eu preciso descansar e talvez já esteja aposentada. Mas a juventude herdará o projeto. Outra coisa, a gente precisa da Câmara para pensar na reativação dos coletivos universitários negros que foram duramente atacados pela pandemia. Precisamos de grana e equipe para fomentar isso. E vemos impedimento de todos os lados. Mas acho que são plataformas importantes que sedimentam cada vez mais que essa universidade não é mais para aquele segmento para a qual foi criada.

Rogério e Gustavo: Mas o que vem depois? Como fazer a manutenção dessas pessoas nesse ambiente novo, das comissões, nas discussões sobre o tema?

Denise: Quando você faz o curso de heteroidentificação, a vontade dessa mudança é tão ávida que quando você chama essas pessoas para a comissão, elas vão animadas. Você não imagina o quanto o momento de aula prática no curso é de vital importância para essas pessoas perceberem a importância dessa ação para a manutenção dessa política pública. E o quanto é assertivo o curso que forma essas pessoas. Mesmo que as pessoas não estejam relacionadas na escala. É que a cada semestre letivo, há uma entrada de selecionados para o ingresso via Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), que passam pela heteroidentificação, mas dada a quantidade de candidatos, é necessário estabelecer avaliações diárias, em dois turnos, com equipes organizadas para avaliação do fenótipo, além da necessidade de pessoas colocadas para organização e encaminhamento dos candidatos. E elas pedem para ir, mesmo que seja para ficar no apoio. A professora Jussara Marques de Macedo (professora associada da Faculdade de Educação e do Programa de Pós-Graduação de Políticas Públicas em Direitos Humanos), que sofreu crime de racismo, está na comissão. E ela ficou tão impactada, que queria fazer um curso com os pais para eles dizerem qual a percepção deles sobre essa política pública. Porque hoje a gente faz um acolhimento com todos os alunos e acompanhantes e ela conversou com esses pais ao final, para perceber o quanto as pessoas gastam dinheiro para vir para cá. A gente não tem dinheiro nem para beber água. Mas a gente faz vaquinha para água, café da manhã comunitário, porque, como eu digo no acolhimento, o projeto é ideológico, de um segmento tão espoliado que hoje ele quer virar o jogo. Você ganha pela política e ela cria nas pessoas a vontade de fazer valer e de se ver representado. Quantos de nós não nos víamos representados tempos atrás? Hoje cruzar com um preto aqui é uma situação mais casual do que alguns anos atrás. As pessoas são mantidas aqui pelo fio condutor da formação, da prática educadora e da ideologia. É isso que faz com que as pessoas fiquem. Porque a política é assertiva. Hoje elas veem uma universidade mais para elas do que para os outros. É uma universidade que respira, para mim.

Rogério e Gustavo: Como você enxerga a questão das cotas para cargos de confiança?

Denise: Já falamos com o reitor sobre isso. E temos o Decreto nº 11.443/2023 que destina 30 por cento dos cargos na administração para tal. Precisamos cobrar isso. Em anos de pobreza e dotação ínfima e com tetos caindo, não que essa discussão fica em segundo plano, porque para nós isso é fundamental. Mas aguardamos um momento para discutir isso. Cecília foi convidada para ser a presidente da Comissão de Acompanhamento pela PR4 e é um convite que não é aleatório. É um

convite que tem a ver com o sentimento de combatividade dessa mulher preta que estará ali para que essas vagas garantam um caráter mais igualitário nesse movimento. Tem um levantamento da PR4 muito bom de que entre técnicos homens e mulheres está pareado. Entre docentes é uma disparidade assustadora, que a gente não vai corrigir absolutamente agora, mas é um passo importante e que nunca houve uma comissão de acompanhamento desses concursos para fazer valer a política afirmativa de cotas para negros. Para quem mandava e desmandava nos seus departamentos, nas vagas e mantinha seu castelo embranquecido é uma porrada crucial. Agora, querido, tem uma comissão e você não vai mandar aqui. Tem alguém que manda mais do que você. Então é isso que a gente espera nesse trabalho conjunto com a PR4. E sem puxassaquismo, eu elogio as duas gestões. A do Agnaldo, que foi fundamental. Um cara do movimento, não do movimento negro, mas que carrega em si a questão com uma seriedade profunda. E a Neuza (Neuza Luzia Pinto, atual Pró-Reitora de Pessoal), hoje, que é uma parceira incondicional. E a gente tem uma interlocução muito boa em relação a isso, de criar condições objetivas para esse tema. Essa parceria está dando frutos e dará muito mais no que depender dessa parceria PR4 e SGAADA.

Rogério e Gustavo: Fale um pouco sobre a sua pesquisa de mestrado.

Denise: Minha dissertação tem a ver com essa minha trajetória em relação à formação da Câmara e ao reconhecimento de como foi um instrumento educador dentro dessa universidade. E de firmar o ponto de que essas comissões de heteroidentificação tem essa formação antirracista. Ela tem essa mudança conceitual, de mente, da prática, de perceber a sua volta o que está acontecendo e de perceber qual seu compromisso com essas mudanças. E como nós fizemos o curso durante a pandemia, com encontros síncronos e assíncronos, as pessoas diziam que nunca pensaram nessa sociedade racista. Porque o mito da democracia racial foi e é muito forte. Kabengele Munanga sempre batia nessa tecla que era muito mais fácil para o Brasil escamotear o racismo. Porque não discutir o racismo nesse país e seus mecanismos letais de exclusão faz com que as pessoas se sintam iguais. Como eu lá em 1982. Eu não queria deixar de ser eu, mas eu também não queria ser tão preta. Eu não queria ser identificada como uma mulher negra. E como eu não sou muito retinta, você pensa que ‘tá passando batida’. Mas está sendo tão discriminada quanto a retinta. Essa minha dissertação que vou defender dia 9 de julho de 2024 agora tem a ver com essa prática educadora que mudou a estrutura da universidade e esse crédito é todo da Câmara de Políticas Raciais. A SGAADA chegou agora. A Câmara de Políticas Raciais trouxe para o centro do debate da sociedade o combate ao racismo. É o grande elemento dessa revolução educadora, que tem a ver com as políticas públicas. Esse movimento foi e é educador. E continua sendo, porque é um curso muito breve de mais ou menos um mês. Mas

que tem uma entrada e um *feedback* muito grande para nós. E essa mudança de qualidade é perceptível na mudança, na medida em que as pessoas se colocam à disposição de serem esses heteroindicadores da graduação, da pós-graduação e dos concursos públicos. Então essa prática se mostra educadora, porque as pessoas realmente mudaram. Hoje elas têm um novo discurso e perceberam que não há caminho melhor do que a organização. A nossa organização determinou esse nosso discernimento de seguir em frente. Nós éramos cinco, depois ficamos em trinta e dois e hoje somos duzentos e poucos. Pode parecer pouco para muitos, mas é um salto de qualidade.

Rogério e Gustavo: Gostaria de acrescentar mais alguma coisa?

Denise: Espero ter ajudado e de qualquer forma eu estou pertinho, se precisar de qualquer coisa é só acionar. Me sinto motivada de ver o quanto de trabalho fértil nós temos, o quanto é possível dizer para as pessoas que é possível. Ver uma mulher preta falando lá na frente, ver alunos pretos, brancos, pardos, significa dizer que hoje essa universidade realmente muda. Somos o óleo dessa engrenagem. Me sinto gratificada nesse final de carreira trabalhando na universidade e plantando essa semente. Que não é mais semente, mas uma árvore com várias cabeças e pessoas que contribuíram para chegar aonde chegou. Isso não é um favor. A gente trabalhou para que isso acontecesse e aconteceu. Isso me deixa bem feliz, ver esse entrosamento perfeito. O nível de consciência mudou tanto que a categoria que menos participava, hoje tem uma participação mais ativa, que são os docentes. Isso aconteceu a partir do coletivo de docentes negros. Conseguimos estabelecer esse diálogo. Fazemos uma penetração nos centros, fomos a Xerém, Macaé, chamados por professoras brancas e pretas. Esqueci de dizer que no reconhecimento da institucionalidade estamos indo nos centros falar quem é a SGAADA. Já fomos no Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFCH), Centro de Ciências da Saúde (CCS), Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas (CCJE). Dei entrevista para a Revista Versus (CCJE/UFRJ). A ideia é colocar a SGAADA na boca do povo. Existe uma superintendente que precisa dar o *gap* para a Pró-Reitoria. Não tem explicação para a maior federal da América Latina não ter uma Pró-Reitoria. Ela só não tinha porque não tinha gente para fazer. Agora a gente só sai daqui quando essa Pró-Reitoria estiver estruturada e comandada por outras pessoas que bebem dessa fonte. Essa questão da coletividade é fundamental. Antes desses quatro anos essa Pró-Reitoria estará em pé para que a gente possa dar a finalização e deixar pronto para os que vierem depois da gente. Porque eu bebo da fonte dos que vieram antes de mim e acredito que alguém vai beber da minha fonte. Vamos aguardar.

REFERÊNCIAS:

ALMEIDA, Silvio. **Racismo Estrutural**. Pólen Livros, 2019.

BRASIL. Congresso Nacional. **Lei Federal 10.639/2003**. A lei inclui no currículo oficial das redes de ensino a obrigatoriedade do ensino da história e cultura afro-brasileira e africana em todas as escolas, públicas ou privadas, desde o ensino fundamental até o ensino médio.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 11.443/2023**. Dispõe sobre o preenchimento por pessoas negras de percentual mínimo de cargos em comissão e funções de confiança no âmbito da administração pública federal.

FANON, Frantz. **Pele Negra, Máscaras Branca**. Ubu Editora, 2020.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Editora Paz e Terra, 2021.

G1. **População que se declara preta sobre para 10,6% em 2022**, diz IBGE. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2023/06/16/populacao-que-se-declara-preta-sobe-para-106percent-em-2022-diz-ibge.ghtml>. Acesso em: 17 jul. 2024.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **CENSO 2022**. Disponível em: <https://censo2022.ibge.gov.br/>. Acesso em: 17 jul. 2024.

PNAD CONTÍNUA – PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS CONTÍNUA. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/todos-os-produtos-estatisticas.html>. Acesso em: 17 jul. 2024.

MBEMBE, Achile. **Necropolítica**. N-1 Edições, 2018.

MUNANGA, Kabengele; GOMES, Nilma Lino. **O negro no Brasil de hoje**. Global Editora, 2016.

SOUZA, Celina. **Políticas Públicas: questões temáticas e de pesquisa**. Caderno CRH, p. 11-24, julho/dezembro 2003.

TUDE, João Martins. **Conceitos Gerais de Políticas Públicas**. IESDE Brasil SA. 2010.